

Há um dado curioso em que não é habitual reparar: entre os grandes grupos linguísticos do mundo, o do português é o único em que não há dois países que partilhem uma única fronteira. As nações que pertencem aos maiores grupos linguísticos do mundo, como os do espanhol, francês, árabe, alemão e os de inglês têm em múltiplos casos fronteiras partilhadas entre si. Nos países falantes da língua portuguesa não há vizinhos. Fica, assim, verdadeiramente, mais do que todas as outras, a língua portuguesa "pelo mundo em pedaços repartida", imitando a vida do poeta que dela costuma funcionar como símbolo.

O português encontra-se, pois, hoje num mundo globalizado, num mundo sem as fronteiras físicas e comunicativas que sempre teve até há poucas décadas. Para as línguas, esta nova configuração é simultaneamente promissora e ameaçadora: se muitas têm desaparecido, outras reforçam a sua presença e atratividade global.

José Teixeira, "Introdução"

O PORTUGUÊS COMO LÍNGUA
NUM MUNDO GLOBAL
PROBLEMAS E POTENCIALIDADES

JOSÉ TEIXEIRA
Organização

O PORTUGUÊS COMO LÍNGUA NUM MUNDO GLOBAL PROBLEMAS E POTENCIALIDADES

Organização
JOSÉ TEIXEIRA



Instituto da Língua Portuguesa
Centro de Estudos Linguísticos

hampus



978-974-715-270-0
9 789747 152700

Índice

- 7 **Introdução**
José Teixeira
- 15 **Efeito da proximidade linguística no comércio internacional:
o português no conjunto das línguas globais**
José Paulo Esperança
- 31 **Contributos para o aumento de qualidade na língua digital**
Anabela Barreiro
- 49 **Português internacional: alguns argumentos**
Diana Santos
- 67 **O português como língua pluricêntrica: indicadores linguísticos e sociais
e novos métodos de investigação**
Augusto Soares da Silva
- 85 **Que gramática temos para estudar o português língua pluricêntrica?**
Hanna J. Batoreo
- 103 **Não falem português, falem inglês. Algumas notas sobre a noção de português
como língua internacional**
Roberto Mulinacci
- 129 **Algumas reflexões sobre lusofonia - o que ela não pode, nem deve ser**
Onésimo Almeida
- 141 **Português como língua estrangeira na República Checa**
Iva Svobodová
- 161 **Um olhar sobre o processo de aquisição da linguagem através do estudo
do português como língua de herança**
Cristina M. M. Flores
- 175 **Português, língua de ciência?**
José Teixeira

O seguinte texto corresponde à citação

Teixeira, José (2016). "Português, língua de ciência?" in Teixeira, José. 2016, *O português como língua num mundo global - Problemas e potencialidades*. Centro de Estudos Lusíadas da Universidade do Minho, Braga, pp. 175-190. (ISBN: 978-989-755-209-0)

PORTUGUÊS, LÍNGUA DE CIÊNCIA?

José Teixeira

Universidade do Minho – Departamento de Estudos Portugueses e Lusófonos

jsteixeira@ilch.uminho.pt

O português diante dos espelhos

O que dá a dimensão global a uma língua?

A Geografia onde se fala?

Nesse caso, a língua portuguesa não está nada mal... A História e a vontade de vários povos (e não apenas de Portugal) foram generosas para com ela.

O número de falantes?

Felizmente que para seu bem, o português conseguiu enraizar-se em latitudes e longitudes bem produtivas e desde o imenso Brasil até África é visto como uma das línguas que apresenta o mais promissor crescimento no século XXI (Figura 1).

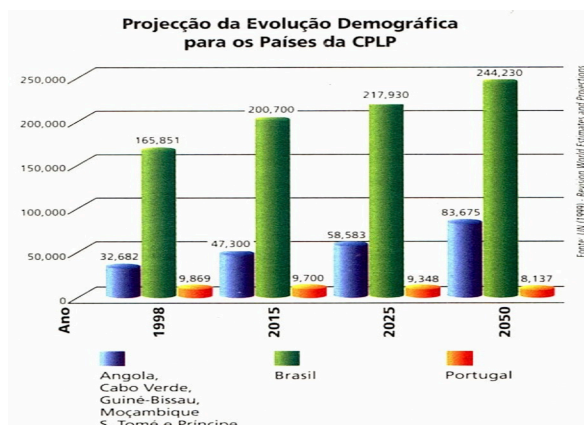


Figura 1

Fonte: United Nations (1999)
Revision World Estimates and Projections

E para além da geografia e do número de falantes? Certamente importantes para a sua dimensão global, serão os usos efetivos que ela tem no seio das línguas do mundo.

E aqui, parece que as coisas também correm de feição. É frequente, na apresentação do português, começar com dados muito envidescadores:

Terceira nas redes sociais e nos negócios de gás e petróleo, a língua portuguesa é a quinta mais falada na Internet

(Jornal Público, Cultura, 20/09/2013).

E até parece que se só valesse o *Facebook*, o português ainda teria uma posição mais cimeira. Segundo a página *socialbakers*[1] que a imprensa portuguesa muito repetiu, o português será a terceira língua mais utilizada no *Facebook*.

Dá quase a sensação que se o português não domina esta aldeia global, para lá caminha. Aliás, parece que numa das metades do mundo, o português já é mesmo dominante, já que é a língua mais falada no hemisfério sul[2]:

¹ <http://www.socialbakers.com/blog/1064-top-10-fastest-growing-facebook-languages>, consultado em 17/2/2016

² Fonte: Observatório da Língua Portuguesa, consultado em 17/02/2016.

País	População (milhares)	Valor considerado	Falantes Português (milhares)
Angola	25000	72%	18000
Brasil (HS)	208000	99,50%	207000
Moçambique	28000	70%	19600
São T. e Príncipe (HS)	95	100%	95
Timor Leste	1190	30%	357
Total	262285		245052

Os autodeslumbramentos, quando nos contemplamos ao espelho, podem ser enganadores, como se sabe desde os tempos da madrastra da Branca de Neve.

E, na realidade, se se tiver algum espírito crítico, nota-se que o prestígio do português, entre as outras grandes línguas do mundo, não corresponde à imagem que alguns espelhos, por mais verdadeiros que sejam, nos apresentam.

Múltiplas serão as razões para esse aparente desfasamento entre aquilo que parece que o português vale e aquilo que o mundo acha que ele vale. Mas, destacadas entre essas razões, estão, a meu ver, as ausências do português de muitas instâncias, fóruns e acontecimentos internacionais de prestígio. Deixar de ser apenas uma língua doméstica entre os países que a partilham é condição vital para a afirmação prestigiada do português. Como explicou Gerson Melo, ao justificar por que é que, durante a Copa Africana das Nações de futebol de 2013, a seleção de Cabo Verde só daria entrevistas e conferências de imprensa em português, “uma das razões pelas quais o português não é bem projectado internacionalmente passa por querermos ser educados com os estrangeiros e falarmos nas suas línguas [...] somos mais de 200 milhões de pessoas a falar português, se insistíssemos em falar português, talvez as pessoas levassem mais a sério a nossa língua”^[3].

Ora se é bom, para o português, que seja visível (ou audível) no *Facebook* ou nas conferências de imprensa dos campeonatos internacionais de futebol, parece-me que será imprescindível, para adquirir uma dimensão de prestígio, que seja também uma língua em que se faz e comunica ciência.

³ <http://www.asemana.publ.cv/spip.php?article84590>, consultado em 10/10/2013.

A necessidade de a nossa língua ser uma língua de ciência não é uma descoberta da minha mente iluminada. É uma dimensão abordada em múltiplos fóruns e encontros que nos últimos tempos vão aparecendo. No entanto, apesar destes sinais sobre a aceitação teórica da validade do português como língua de ciência, outros indícios aparecem ligados a práticas de sentido absolutamente contrário. É, assim, nesta dialética entre o que parece que todos pensam que deve ser e aquilo que realmente se faz que reside a problemática da questão.

O que é uma língua de ciência?

Certamente que, hoje, ninguém que se preze dentro do panorama científico defenderá as concepções de há tempos atrás que advogavam que havia línguas específicas para determinados assuntos: a língua do amor, a língua da música, a língua da filosofia e da racionalidade, a língua dos sentimentos e dos poetas e outras ingenuidades (para ser simpático) do género.

Aparentemente, uma língua de ciência é simplesmente uma língua em que se divulga ciência. Entende-se que a questão entre a língua e a ciência reside apenas no momento da divulgação. E neste caso, todas as línguas que sejam veículos de comunidades científica e tecnologicamente desenvolvidas poderão ser línguas de ciência.

É, no entanto, um truísmo frequentemente inquestionado a afirmação de que a língua veicular da ciência é cada vez mais o inglês. Basta fazer uma visita aos fóruns de discussão da internet. Como se compreende (se quisermos continuar a utilizar a metáfora de «língua veicular») nem todos os veículos têm a mesma capacidade de transporte e a mesma velocidade. Ora o inglês é, na situação atual, indubitavelmente o melhor veículo, porque o mais global e o mais rápido, para a divulgação científica. Por isso, pode dizer-se que o inglês se apresenta, se gostarmos da metáfora dos veículos, como o avião linguístico para a ciência (mesmo que muitas viagens acabem por ser feitas em *low-cost*, pela pouca qualidade do veículo linguístico usado.)

O problema da questão é que, chegados aqui, por vezes se entende que constatar este facto implica aceitar que o inglês, por globalmente ser a mais vantajosa, deve ser sempre, ou pelo menos preferencialmente, a língua utilizada na veiculação científica.

Ora é esta aparente implicação que devemos contestar. E as razões para tal, não são apenas de ordem pragmática, económica ou política. São também razões ligadas ao próprio âmbito científico. Ou seja, defende-se aqui que as ciências cognitivas mostram que há razões científicas e não apenas emotivas ou políticas que justificam não ser indiferente a língua em que se faz e divulga a ciência.

Permita-se que, a este respeito, se evidenciem alguns pontos.

As línguas e as visões do mundo

A velha hipótese de Sapir-Whorf está quase a fazer um século (originária dos anos 30 do século XX). A sua assunção original de que a estrutura das línguas influencia, modela e determina a forma como cada pessoa concebe e vê o mundo tem sido defendida desde pontos de vista bastante extremos e dificilmente aceitáveis até posições bem mais moderadas e facilmente compatíveis com os novos desenvolvimentos de vastas áreas das ciências cognitivas. É que a ciência da suposta verdade absoluta e objetivável, completamente independente do observador e dos mecanismos de observação, vai dando lugar a uma conceção menos rígida que sabe ser constituída por um conjunto de modelos formulados como interpretativos da realidade, modelos dependentes do observador e dos meios e formas de observação.

Neste processo de fazer ciência, a nossa mente e a nossa língua (separação muito difícil de fazer em absoluto) são instrumentos imprescindíveis de intermediação entre a realidade e os modelos científicos com que a procuramos descrever e explicar.

Cada vez mais, os desenvolvimentos das neurociências apontam para a implicação sistemática entre processamento cognitivo e linguagem. Apenas a título de testemunha, permita-se que convide António Damásio:

No caso dos seres humanos, a narrativa não verbal de segunda ordem pode ser convertida imediatamente em linguagem, é evidente. Poder-lhe-íamos chamar a narrativa de terceira ordem. Para além da história que significa o acto de conhecer e o atribui ao recém-forjado si nuclear, o cérebro humano também forja uma versão verbal automática dessa mesma história. Nem eu, nem ninguém, tem qualquer possibilidade de suspender essa tradução verbal. O que quer que seja que acontece nas «faixas» não verbais da nossa corrente

mental é rapidamente traduzido em palavras e frases. Não é possível inibir esta tradução verbal. (Damásio 2004:217)

Não é possível não pensar sem ser através de uma língua, está a dizer Damásio. E só quem ainda acredita na ideia ingénua de que os conceitos são universais e completamente independentes da formulação linguística é que pode defender que é indiferente a língua que usamos para criar modelos sobre a realidade.

Lakoff, um dos pais da Linguística Cognitiva pós chomskyana, diz que costuma começar os cursos de Ciência Cognitiva em Berkeley com um exercício para os alunos em que apresenta a frase “Não pensem num elefante!”.

Obviamente que ao tentar fazer-se o que é pedido, está a ir-se contra aquilo que se pede.

Conceitos e palavras associam-se de forma inevitável. Acionar uma palavra implica evocar um conceito.

As construções cognitivas –e todo o modelo e teoria científica é uma construção cognitiva—são construções da cognição humana, são construções suportadas pelo todo da cognição: e neste todo concetual, a linguagem e as línguas têm um papel muito maior do que o estruturalismo ou o racionalismo clássico supunham.

Porém, para muitas perspectivas sobre a ciência, admitir que a conceitualização individual e linguística tem um papel na construção dos modelos e teorias científicas implica introduzir um elemento de subjetividade desaconselhável, porque entendem que, em ciência, tudo deve ser objetivo, independente do observador e dos seus mecanismos de observação e percepção.

É pura ilusão, defende a neurociência. Não adianta não aceitar que a intermediação da cognição e das idiosincrasias linguísticas introduzem dimensões de subjetividade. António Damásio também concorda:

O facto de as imagens mentais serem apenas acessíveis ao organismo do seu proprietário não impede a sua caracterização, não nega a sua dependência da substância orgânica e não bloqueia a nossa aproximação gradual das especificações dessa substância. Tudo isto poderá preocupar um pouco os puristas, educados na ideia de que aquilo que uma outra pessoa não pode ver não merece a confiança da ciência, quando, na verdade, não deve preocupar ninguém. Nada nos impede de tratar cientificamente os fenómenos subjectivos. Quer

as pessoas gostem, quer não, todos os conteúdos mentais são subjectivos e a força da ciência provém da capacidade de verificar a consistência de muitas subjectividades individuais. (Damásio 2004:106)

Quando o objeto de investigação é o fenómeno da linguagem humana

Não é difícil reconhecer que, na maior parte das vezes que se faz ciência, o inglês é a língua de divulgação que mais vantagens traz, quer para o investigador, quer para a investigação em si mesma, já que a divulga de uma forma muito mais eficiente no mercado global.

Mas, lembro novamente: a questão não é a de saber se o inglês é habitualmente a língua mais vantajosa de divulgação. Isso será pacífico aceitar. A questão é se deverá ser a única.

E se em muitas áreas o objeto de estudo é relativamente independente da língua em que se faz (e divulga) a investigação realizada, quando o objeto científico é o fenómeno da linguagem, a realidade é um pouco diferente.

As Ciências da Linguagem ocupam hoje uma vasta área de interconexão com outras áreas científicas, desde a Inteligência Artificial, a Neurologia, a Psicologia, a Sociologia e várias outras que têm interesses nos fenómenos da cognição e processamento da informação.

Ora a linguagem humana tem especificidades como objeto de investigação científica.

Em primeiro lugar, é o único sistema que se serve de si mesmo para apresentar os resultados que encontra. Todo o objeto da ciência é descrito por uma língua natural e a própria linguagem, como objeto de estudo, obviamente, também.

Isto faz com que na descrição e investigação linguísticas, por vezes, haja particularidades mais fáceis de descrever na própria língua analisada do que através de outras: por exemplo, nas áreas do processamento do significado. Descrever as relações de significado de uma palavra do português (tão importantes para projetos como a WordNet e a Web Semântica), mas fazê-lo em língua diferente, é bem mais complexo. Claro que se consegue que tudo seja descrito e divulgado noutra língua, mas isso pode implicar perder importantes nuances no processo de análise. Isto não significa que haja alguma parte do conhecimento e da investigação que não possa ser

traduzido para inglês ou outra qualquer língua, publicado, divulgado e debatido, integrando o circuito habitual do debate científico. Mas a análise mais fina, rigorosa e cognitivamente mais adequada ganha se for feita através da língua que é objeto de análise.

As ciências da computação prometem-nos para tempos bem próximos uma Web Semântica que facilitará a interação entre os humanos e os computadores. Procurará aproveitar melhor os conhecimentos que as máquinas possam manipular sobre os significados das palavras. Ora isso implica, obviamente, investigação sobre o significado das palavras de cada língua que não queira ficar para trás no processo. Construir o imprescindível algoritmo da semântica do português implica necessariamente ciência em português. Se o instrumento linguístico de análise e divulgação dos conteúdos científicos nunca é neutro relativamente ao resultado final, muito menos o é quando esses conteúdos são o próprio funcionamento da língua.

Por isso é que, como linguista interessado precisamente na semântica do português, me custa ver a forma como sistematicamente se desconsidera e menoriza quem tenta fazer ciência, nesta área, em português. Esta pressão para tudo o que é ciência ser veiculado em inglês leva à autocensura da utilização do português. Se a autocensura é reflexo de alguma ditadura, então há qualquer coisa de ditadura na pressão para publicar em inglês. São frequentemente os linguistas portugueses que optam pelo inglês para comunicarem as suas investigações sobre a língua portuguesa. Com isso, criam a ilusão de que se as suas investigações forem divulgadas em inglês serão sempre mais lidos. Veremos que nem sempre isso se prova.

O prestígio para a língua e o suposto prestígio do investigador

Compreende-se, pois, que o problema da língua com que se divulga a ciência feita nos países que usam o português é uma equação entre duas variáveis aparentemente de proporcionalidade inversa: quanto mais global for a língua, mais global é a divulgação e a mais-valia no mercado científico para ela e para o investigador; mas mais marginal ficará uma língua preterida, no nosso caso, o português. É que para o prestígio de uma língua, não basta um grande número de falantes. Uma língua prestigiada tem de servir de veículo

para uma literatura, para as indústrias culturais (cinema, música e outras) e para a divulgação científica. Sem estas vertentes, ficará sempre uma língua menor no mercado global.

Se preterir o português como língua de ciência é prejudicial para a língua, será que preferir o inglês é sempre vantajoso para o investigador?

Penso que nem sempre.

É que há campos e âmbitos de investigação que interessam muito mais ao público de língua portuguesa. Pensar que toda a investigação, desde que escrita em inglês, terá mais especialistas interessados do que se fosse escrita em português poderá ser um engano.

Permita-se que ilustre com um pequeno exemplo da experiência pessoal.

Faz, o *Repositorium* da Universidade do Minho, a divulgação dos trabalhos de investigação desta Universidade. Comparei os dados relativos a dois trabalhos meus, colocados lá em 2006, um em inglês (*Frente/trás (front/back): space and its verbalization: The Portuguese case*) e outro em português (*O q é q é + importt n1 msg?: mensagens sms e novos usos da escrita*). Ora a comparação permite verificar que o escrito em português despertou muito mais interesse e foi baixado em números incomparavelmente superiores: à data da consulta (início de outubro de 2013) 131 *downloads* para o escrito em inglês (Figura 2) e 3943 para o escrito em português (Figura 3).

Título : Frente/trás (front/back) : space and its verbalization : the Portuguese case
Data entrada : 28-07-2006

Downloads e Consultas

Ano	Downloads	Consultas
2006	8,0	22
2007	14,0	19
2008	22,0	17
2009	22,0	18
2010	6,0	15
2011	14,0	8
2012	21,0	11
2013	24,0	25
	131,0	135

Downloads e Consultas por ano

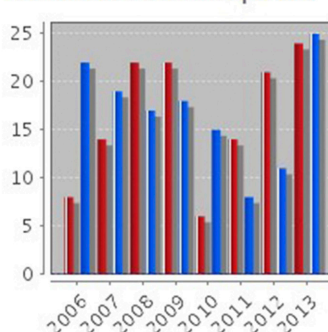


Figura 2

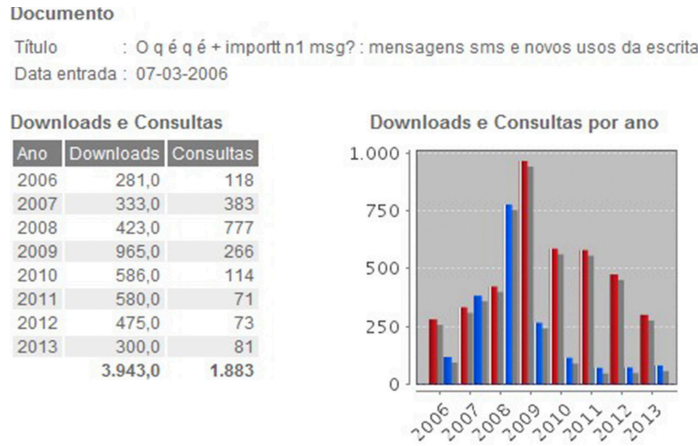


Figura 3

E se se reparar no número de *downloads* feitos (Figuras 4 e 5) nos países de língua inglesa, surpreendentemente (para alguns) são maiores os números, também, para o escrito em português (nos Estados Unidos: 58 para o escrito em português e 39 para o escrito em inglês; em Inglaterra 10: para o texto em português e 6 para o escrito em inglês).

Downloads por país

Origem	Downloads	Perc.(%)
United States	39,0	29,77
France	16,0	12,21
Portugal	15,0	11,45
? N/A	13,0	9,92
United Kingdom	6,0	4,58
China	5,0	3,82
Japan	4,0	3,05
Italy	3,0	2,29
Universidade do Minho	3,0	2,29
Germany	3,0	2,29
Spain	3,0	2,29
Poland	2,0	1,53
Mexico	2,0	1,53
Brazil	2,0	1,53
Lebanon	1,0	0,76
Serbia	1,0	0,76
Iran, Islamic Republic of	1,0	0,76

Figura 4

Downloads para o artigo em inglês

Downloads por país

Origem	Downloads	Perc.(%)
Portugal	2.993,0	75,93
Brazil	463,0	11,75
? N/A	267,0	6,77
United States	58,0	1,47
Universidade do Minho	25,0	0,63
Angola	20,0	0,51
Germany	14,0	0,36
France	12,0	0,30
United Kingdom	10,0	0,25
Japan	9,0	0,23
China	9,0	0,23
Spain	8,0	0,20
Cape Verde	5,0	0,13
Switzerland	5,0	0,13
Canada	4,0	0,10
Netherlands	4,0	0,10
Italy	4,0	0,10
Mozambique	4,0	0,10
Belgium	4,0	0,10

Figura 5

Downloads para o artigo em português

Para só falar da minha área de investigação –as Ciências da Linguagem e a Linguística Portuguesa—penso que se os investigadores de língua portuguesa medissem efetivamente o âmbito em que a sua investigação é útil, talvez alguns não tivessem como prioridade publicar tudo (ou quase) em inglês. O autoconvencimento de que se publicarem em inglês serão sempre muito mais lidos é, na maior parte das vezes, uma ingénua ilusão. É caricato, por exemplo, num congresso feito em Portugal, sobre a língua portuguesa, ver numa sala só (ou praticamente só) falantes de português a debaterem as questões em inglês.

E o certo é que as instâncias académicas tendem a favorecer esta tendência. Independentemente das áreas, nos projetos científicos, nas candidaturas a bolsas de investigação e na publicação de artigos a versão inglesa é mais valorizada do que a elaborada em português. Para a valorização de um currículo de investigador, mesmo da área dos estudos portugueses, já se instalou a ideia de que é muito mais apreciado e vantajoso apresentar investigação e publicações em inglês. Não admira que nas revistas científicas das áreas das humanidades tenha diminuído o número de artigos de qualidade submetidos em português.

A necessidade de saber navegar

Há quem veja no predomínio de umas línguas sobre as outras uma questão de luta pela sobrevivência.

Steven Fischer, em *Uma História da Linguagem* e a propósito da extinção de milhares de línguas no último século, indica aquilo que, para muitos, parece ser um destino inevitável:

Os dois séculos que se seguirão irão indubitavelmente assistir a uma substituição linguística sem precedentes; à homogeneização e ao nivelamento dos poucos dialectos e línguas que sobrevivem; e, finalmente, em última instância, a toda a gente a falar provavelmente o inglês, como primeira ou como segunda língua, à medida que a sociedade global se torna uma realidade, pelo menos a nível linguístico. (Fischer 2002:197)

Visto desta distância, parece uma posição algo catastrofista, mas a realidade numa situação de bilinguismo (como parece ser a tendência da glo-

balização) indica que as línguas primeiras só sobrevivem se forem veículos prestigiados de áreas fundamentais.

Assegurar o prestígio do português não passa – nem nunca pode passar – por uma atitude de isolamento, do estafado “orgulhosamente sós”, reaparecido no cansativo debate sobre a ortografia. Esquecer a importância que o inglês tem, neste momento civilizacional, como língua franca, é pouco inteligente. A ciência feita nos países que usam o português vai ter que, neste contexto, usar, em muitos casos, o inglês, para a cooperação, para se dar a conhecer, para ocupar o lugar de relevo e visibilidade a que aspira.

Mas isso não pode implicar nem o total abandono, nem sequer o reservar o português para língua marginal na ciência. Deveria preocupar os responsáveis políticos o facto de que se não se escrever ciência em português há todo um conjunto de nomenclaturas técnicas e científicas que serão estranhas à língua e que o não haver uma política de construção de bases de dados terminológicas contribuirá para a sua fragmentação pelos espaços em que é falada.

Utilizando os instrumentos tecnológicos hoje à disposição da investigação linguística e uma adequada política de língua, o poder político dos países que falam português poderia contribuir para a efetiva criação de uma base lexical que fosse, na medida do possível, uma plataforma que servisse o português global e pluricêntrico, como hoje ele é. Tal base terminológica e lexical deveria ser periodicamente atualizada, estabelecendo-se, o mais cedo possível e de modo criterioso, os procedimentos para inserir a forma escrita da palavra técnica ou da língua comum. Evitar-se-iam, assim, os longos períodos de adaptação da escrita em que, na mesma língua, aparecem formas muito variadas de grafar o mesmo termo, o que contribui para atrasar o processo de a palavra ser vista como normal e integrada no léxico.

Tentar desfazer o mito de que a ciência em português vale sempre menos do que se for transmitida em inglês será outra das tarefas urgentes. Mas será difícil, se os poderes públicos continuarem a privilegiar, ou mesmo a considerarem como único, o uso do inglês para os projetos de investigação, para a valorização das publicações e para o financiamento de encontros científicos. É caricato, mas é muito mais fácil arranjar financiamentos em Portugal que acabem por apoiar o inglês como língua de ciência do que o conseguir para projetos que apoiem o português.

Será uma quixotesca impossibilidade querer convencer a generalidade dos investigadores a utilizarem o português como língua de ciência. Os

ventos que sopram empurram-nos a nós todos para o mesmo rumo. Mas não nos esqueçamos que quando todos vão para o mesmo lado há sempre zonas que ficam por descobrir. E mesmo quando o vento empurra para uma mesma direção, podemos tentar navegar com alguma autonomia. Como muito bem se diz em inglês (note-se, em inglês...) “We can’t direct the wind but we can adjust the sails”.

E ajustar as velas pode ser perceber que há diferentes campos de investigação em ciência, diferentes públicos interessados em diferentes pesquisas e que o português, em alguns destes âmbitos, se justifica como língua de ciência e não tem que ser sempre o inglês a desempenhar esse papel.

Ajustar as velas pode ser o pôr em prática coisas que estão nas boas intenções há demasiado tempo, como construir a, há pouco, referida base lexical e terminológica para o português internacional, que envolva todos os países que usam a língua como sua, projeto que a implementação do polémico acordo ortográfico deveria ter feito avançar antes de tudo.

Ajustar as velas poderá também ser ter uma atitude descomplexada perante a língua na sua dimensão globalizadora e pluricêntrica e não mais fazer de conta que há direitos de berço ou morgadio sobre a língua. A língua portuguesa é o que é hoje: não é aquilo que foi. Reclamar-se com direitos especiais sobre a língua por uma questão de berço é uma atitude tão prejudicial quanto ridícula, até porque a língua portuguesa não nasceu em nenhum dos centros políticos (nenhuma das capitais) dos países em que felizmente hoje é falada. Como diz Ivo de Castro, na *Introdução à História do Português*,

A língua portuguesa não nasceu ao mesmo tempo em todo o enorme espaço que hoje ocupa, mas num pequeno território do canto noroeste da Península Ibérica, de onde se expandiu na direção do sul. Foi seu berço a Galécia Magna (que inclui a Galiza actual, parte do norte de Portugal e o ocidente das Astúrias). Não nasceu, como pensavam Alexandre Herculano e Leite de Vasconcelos, no centro de Portugal; não nasceu na Lusitânia, mas mais a norte, num território que vai continuamente desde a Corunha, no extremo setentrional da Galiza, até à ria de Aveiro e ao vale do rio Vouga, que nela desagua. A população nativa, galega ou portuguesa, deste território fala a mesma língua que os seus antepassados nunca deixaram de aí falar. Coisa de que um lisboeta não pode orgulhar-se: um lisboeta nativo, descendente de muitas gerações de habitantes da capital ou do sul do país, fala uma língua que não é autóctone e não descende do latim

aí falado no tempo do Império Romano, mas que foi transplantada a partir da Galécia Magna após a reconquista cristã. Exactamente como a língua falada no Rio de Janeiro ou em Maputo foi para aí transportada a partir de Portugal. (Castro 2006:8-9)

Ajustar as velas poderá ser perceber que, mesmo a nível global, sendo o português e o espanhol línguas intercompreensíveis, elas podem formar um mercado cultural e linguístico muito significativo e desafiador da hegemonia anglo-saxónica.

Ajustar as velas implica saber que a língua portuguesa não pode olhar para o inglês como inimigo e passar o tempo a lamentar-se. Inimigo do português nunca será qualquer outra língua, mas nós próprios que a usamos se não fizermos o que devemos fazer. Ao longo da nossa história, talvez tenhamos passado demasiado tempo a queixar-nos contra Castela e assim, em muitos casos, não olhámos o suficiente para as culpas próprias.

Sá de Miranda^[4], a este propósito, na carta a “António Pereira, senhor do Basto, quando se partiu para a Corte co’a casa toda”, desabafa:

Não me temo de Castela,
 donde inda guerra não soa;
 mas temo-me de Lisboa,
 que, ao cheiro desta canela,
 o Reino nos despovoa.

O verdadeiro “inimigo” (se assim se quiser pensar) não era Castela naquela altura, nem é o inglês no nosso contexto. Os inimigos de uma cultura e de uma língua não devem primeiramente ser procurados no exterior. São, antes, os que as menosprezam, abandonado aquilo que é a sua essência e se sentem atraídos por realidades que prometem lucros fáceis e estão na moda – a metonímia da canela do poeta renascentista. Custa ver tantos “antónios pereiras” que partem “co’a casa toda” para a “Corte” que o inglês tem como língua de ciência, abandonando o português que, assim, no domínio científico, se despovoa. E embora a “casa toda” que levam nem sempre seja apreciada pelos outros cortesãos, o deslumbre de aparecer como “homem da Corte” parece compensá-los.

⁴ Sá de Miranda, 1977:83-85

Não é possível ignorar que para ter peso no panorama científico global, em muitas áreas, a divulgação tem de fazer do inglês o veículo fundamental. Mas este facto não deve impedir o reconhecimento de que uma língua que se quer global não pode descurar qualquer das dimensões que lhe garantem o prestígio e a sobrevivência.

Mais do que ser apenas uma aldeia global, o planeta está transformado numa espécie de maçã global, a que os grandes poderes económicos procuram dar as dentadas que puderem. A as línguas e os seus domínios não são partes menores desse fruto apetecível.

Como defender a língua? Não há melhor forma de defender as línguas do que usá-las.

Ora para além de todas as outras dimensões (a sua história secular, a sua literatura, a sua dimensão numérica e planetária, a sua presença nas indústrias culturais, a sua visibilidade no mundo das redes globais), para além destas dimensões, é fundamental que quem pode, ou seja, quem tem o poder, lhe permita que também seja objeto e instrumento de ciência.

Por isso, não podemos ficar satisfeitos apenas com declarações de paixão pela língua, usualmente feitas pelos detentores dos poderes quando lhes dá jeito. Já estamos todos um pouco experimentados de declarações políticas de “paixão” e amor pela língua portuguesa que depois se traduzem em nada de concreto. A relação do poder com a língua não deve ser prioritariamente de paixão e amor. Como lapidarmente disse o grande poeta brasileiro Vinicius de Moraes, o amor é eterno enquanto dura (“que seja eterno enquanto dure”, disse Vinicius). Ora fazendo a língua parte da essência dos povos que a falam, não pode estar sujeita ao “enquanto dura” de certas declarações de amor.

Nem basta prometer que se defenderá a língua como se defende a pátria, enfiando no contexto a desbotada citação de Fernando Pessoa/Bernardo Soares “Minha pátria é a língua portuguesa”^[5]. Identificar pátria e língua não é aconselhável para uma língua que se quer global e policêntrica.

Felizmente o português é hoje língua de muitas pátrias. Mas ainda tem um longo, muito longo, caminho para adquirir, no mundo, a relevância correspondente ao seu estatuto de língua policêntrica. Como sabemos,

⁵ In *Livro do Desassossego*, fr. 259 (Texto publicado originariamente em “Descobrimento”, revista de Cultura n.º 3, 1931, pp. 409-410, transcrito do “Livro do Desassossego”, por Bernardo Soares (heterónimo de Fernando Pessoa), numa recolha de Maria Aliete Galhoz e Teresa Sobral Cunha; ed. de Jacinto do Prado Coelho, Lisboa, Ática, 1982 vol. I, p. 16-17.

a língua portuguesa também é uma língua que é ponte para importantes áreas económicas: áreas em que se fazem aviões, se negocia petróleo, se organizam os grandes eventos mundiais e se vendem produtos por todo o mundo. E para além de tudo isto, ser uma língua em que se faça e divulgue ciência faz parte imprescindível do seu caminho de afirmação.

“Da minha língua vê-se o mar”^[6], é outro dos *soundbites* preferidos para referir o português.

Sem querer esmorecer a beleza da frase de Vergílio Ferreira, gostaria que os poderes vários que influenciam as políticas de língua tivessem a perspectiva do português como uma língua de várias pátrias e não apenas de uma; como uma língua que, para além de muito poética que possa ser, seja uma língua que se afirme em variados ramos, entre os quais o de veículo da investigação científica. E lembrando-nos da pluralidade da língua e das pátrias que a usam, sem esquecer a poeticidade de “da **minha** língua vê-se o mar” se pudesse também dizer “da **nossa** língua vê-se ciência”.

Referências

- CASTRO, Ivo, (2006). *Introdução à História do Português*. Edições Colibri.
- DAMÁSIO, António, 2004, *O Sentimento de Si: O Corpo, a Emoção e a Neurobiologia da Consciência*, Publicações Europa-América.
- FISCHER, Steven Roger, 2002, *Uma História da Linguagem*, Temas e Debates, Lisboa.
- SÁ DE MIRANDA, Francisco de, 1977, *Obras Completas II*, Edição Sá da Costa, Lisboa

⁶ Excerto do texto «A Voz do Mar», lido por Vergílio Ferreira em 1991, na cerimónia em que recebe o Prémio Europália.